



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigraficma@gmail.com

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI RELATIVA ÀS MULTAS DE TRÂNSITO ENTRE 2017 E 2024 DO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2025

(a ata desta Reunião está disponível em <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo/atas-das-sesoes/2025/comissoes-parlamentares-de-inquerito>)

PRESIDENTE: SARGENTO BYRON – MDB

RELATOR DA CPI DA SMTT: PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

MEMBROS DA CPI PRESENTES: Sargento Byron, Pastor Diego, Professora Sonia Meire, Fábio Meireles, Lúcio Flávio.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

Sob a proteção de Deus, e em nome do povo aracajuano, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a aplicação dos recursos das multas no município de Aracaju dos anos de 2017 a 2024. Convido o Excelentíssimo Pastor Diego a fazer a leitura da ata da reunião anterior.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT

Bom dia a todos. Ata da 6ª Reunião Ordinária, Comissão Parlamentar de Inquérito, 44ª Legislatura, 22 de setembro de 2025. Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos relacionados à Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT de Aracaju. ([Lendo a Ata da reunião anterior](#)). Lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

A ata se encontra em apreciação. Não havendo quem queira apreciá-la, ata aprovada.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigraficma@gmail.com

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT

Nós temos aqui alguns requerimentos, senhor presidente, para ser lidos. Primeiro, Requerimento nº 12/2025. Autoria: vereador Pastor Diego. “Senhor presidente, requeiro, na forma regimental, e após ouvida esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com fundamento no artigo 50, parágrafo 13 do Regimento Interno, a requisição à Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito de Aracaju de informações a respeito da execução da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, a qual estabeleceu a desvinculação de receitas dos estados, Distrito Federal e municípios. Considerando o artigo 76B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituído pela referida emenda constitucional, o qual possibilitou a desvinculação até 31 de dezembro de 2023, e até 30% das receitas dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, apresento o seguinte requisito: 1) Em que fonte e destinação de recursos estão sendo executados os pagamentos com a parcela desvinculada das receitas arrecadadas com a multa de trânsito nos termos do artigo 76B da ADCT? 2) Caso estejam sendo executados na mesma fonte e destinação que a parcela vinculada, como é feito o controle de cada parcela vinculada e não vinculada? Palácio Graccho Cardoso.” Senhor presidente, primeiro o Requerimento nº 12/2025. O senhor vai colocar em votação agora?

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

O Requerimento nº 12/2025 se encontra em discussão. Para discutir, o vereador Fábio Meireles.

FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT

Só para que o requerente, caso possa e queira... Muito embora eu já me posicione favorável ao requerimento. Mas o requerente poderia justificar, esclarecer, dar um embasamento melhor sobre qual o motivo da solicitação do requerimento?

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT

Fábio, meu amigo, Vossa Excelência perguntando, eu respondo quantas vezes Vossa Excelência solicitar. Veja, o embasamento é justamente o que a gente discutiu há



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

pouco, conforme o artigo 76B da ADCT, que prevê essa desvinculação de até 30% dos recursos que são desvinculados. Então, a justificativa é para poder a gente conseguir aferir se aqueles valores que nós temos a análise de que aparentemente não seriam adequados, se esses valores que não seriam adequados estão nessa margem de 30% que é disponível, ou se eles chegam e ultrapassam a margem que é vinculada. É só com esse propósito para poder a gente conseguir ter essas informações. Obrigado.

FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT

Presidente, eu me dou como satisfeito e voto favorável ao requerimento.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

O requerimento se encontra... Professora Sonia Meire, para discutir.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA CPI DA SMTT

Eu só gostaria de explicitar, porque nós estamos aprovando o requerimento, para quem está nos acompanhando e nos assistindo, que esse requerimento vai do ano de 2017 até 2024, para que a gente tenha um conhecimento de toda a aplicação dos recursos com multas, vinculados e desvinculados. Então, para a população saber qual é o período que está sendo solicitado, não é um período específico de um ano, é de todos os anos que estão sob análise. Então, é isso. Obrigada.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT

Presidente, só me permita. Eu vou até pedir, diante da fala da vereadora Sonia Meire, para poder nossa equipe aqui acrescentar esse detalhe específico, que fique de 2017 a 2024 especificadas essas informações, para que a gente possa apurar, certo? E aí, o requerimento segue nesse sentido, presidente. Pode aprovar, só vai fazer esse ajuste aqui, mas já nesse sentido.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

Vereador Lúcio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – MEMBRO DA CPI DA SMTT



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

Muito obrigado, senhor presidente. Aí, acompanhando os colegas Fábio e a Professora Sonia, é importante a gente registrar para a população o que a gente está votando aqui. Estão nos assistindo, e talvez as pessoas não saibam nem o que é que a gente está tratando de desvinculação, vinculação; a população precisa entender a seriedade dos trabalhos dessa CPI. A desvinculação ora tratada aqui pelo requerimento é que daquilo que o gestor tem como obrigação legal de aplicar os recursos da multa, ele tem uma margem liberada, que não gera nenhum tipo de obrigação, de até 30%, até determinado ano, e 50% a partir de determinado ano. Apenas para quem está nos assistindo, desvinculação trata-se disso: daquela receita está desvinculada da obrigação de cumprir determinadas regras de uso daquele recurso. Então, apenas isso, é o requerimento que o vereador Pastor Diego está fazendo, para esclarecer a quem nos assiste. Eu já quero consignar aqui, vereador Diego, nosso relator, o meu voto favorável ao vosso requerimento.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

Ouvindo todos os vereadores do plenário, o requerimento, pelo voto manifestado, aprovado. Passe para o próximo requerimento, senhor relator.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT

Também da minha autoria, senhor presidente. “Requeiro, na forma regimental, e após ouvida a Comissão Parlamentar de Inquérito, com fundamento no artigo 50, parágrafo 13 do Regimento Interno, a requisição à Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito de Aracaju da justificativa do enquadramento das despesas anexas ao que dispõe o artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro e a Resolução 875 de 2021 do CONTRAN, considerando que as referidas despesas estão abarcadas pelo relatório comprobatório da aplicação dos recursos das infrações de trânsito relativos ao exercício financeiro de 2017 e 2018, o qual foi apresentado em resposta ao Requerimento nº 02/2025 desta Comissão Parlamentar de Inquérito, solicita-se, além da justificativa formal utilizada para o seu enquadramento, quando aplicável, a cópia do contrato administrativo do processo licitatório e do processo de liquidação e pagamento das referidas despesas. Palácio Graccho Cardoso, Aracaju, 27 de setembro de 2025.”



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigraficma@gmail.com

Senhor presidente, esse requerimento vai lado a lado com o último requerimento aprovado. Por quê? Porque aqui nós estamos buscando as informações de 2017 e 2018, aparentemente, de despesas que estariam fora do enquadramento do artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro e da Resolução do CONTRAN 875. Porém, com a outra resposta, a gente pode avaliar que aquela despesa que não estaria aqui prevista, ela está na margem dos 30%, que é a parte disponível para utilização. Então, é um requerimento de extrema importância, porque a gente tem os anexos aqui, as despesas que aparentemente poderiam não estar enquadradas; mas a resposta do outro requerimento aprovado também é importantíssima, a fim de que a gente possa fechar o entendimento.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

Pode falar, vereador Fábio.

FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT

Obrigado, presidente. Inclusive, já tínhamos discutido lá, na nossa reunião técnica... Por exemplo, nós, deixe-me ver se eu consigo aqui, vou repetir aqui o que eu falei lá. Essa CPI está sendo muito proveitosa para a população aracajuana e para nós, enquanto participantes da CPI, porque, o primeiro levantamento que fora feito pelos técnicos, as primeiras informações causaram, assim, estranheza, não é? Puxa, vida. A Lei 5.200... Deixe-me ver, a 5.000, me permita aqui, presidente, só para falar com propriedade. A Lei 9.503/97, que é a CTB - Código de Trânsito Brasileiro, no seu artigo 320, aponta para algumas situações como pode ser aplicado, como é para ser aplicado. Encontramos, e ficamos assustados. Por exemplo, prestação de serviço de telefonia móvel. Aí, Pastor Diego, com toda a razão, vereador Lúcio, com toda a razão, todos nós: “Rapaz, como é que pode, pagando com esse recurso? E pode? Não pode. Provavelmente não pode.” Era esse o nosso pensamento. Já hoje, os técnicos da Casa colocaram aqui essa mesma modalidade, deixe-me ver se anotei aqui, sem óculos, 48 anos, quase idoso... Vou botar os óculos aqui, presidente. Aí vem aqui. Prestação de serviço de telefonia fixa. Não é móvel, mas é fixa. Aí, a nossa técnica, a técnica da CPI já coloca como adequação parcial, Fabrício. Isso é importante, isso vai trazendo maturidade, esclarecimento, e que tudo o que for errado, apontaremos. Mas tudo o que



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

for certo, e se tudo foi certo, apontaremos no relatório do Pastor Diego. Eu estou pedindo essa fala para Vossa Excelência apenas para mostrar o quanto nós estamos nos debruçando sobre essa CPI, o quanto nós estamos aprendendo no dia a dia sobre essa situação. E aquilo que era estranho, que era ruim, na nossa visão daquele momento, está sendo esclarecido até pelos próprios técnicos da Casa que há uma adequação. E eu não tenho dúvida que até o fim dessa CPI, se for preciso fazer a prorrogação, faremos... Claro, é o presidente da Casa que vai propor, e o plenário vai discutir sobre a prorrogação ou não, Roberto. Mas eu quero dizer, não tenham dúvida disso, à população aracajuana que nos acompanha, que estamos levando, e sempre levaremos a sério, porque o nosso mandato foi indicado pela população aracajuana, e nós vamos trazer o que foi de bom, de ruim, de legal ou ilegal, através dos números, daquilo que rege o município de Aracaju. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

O requerimento se encontra em discussão. Alguém deseja discutir? Requerimento em votação. O vereador Lúcio Flávio levantou?

LÚCIO FLÁVIO - PL - MEMBRO DA CPI DA SMTT

Não, eu acho importante deixar registrada aqui essa fala do vereador Fábio, porque nenhuma das nossas análises, nesse exato momento, é conclusiva, nem estanque. Elas irão evoluir, naturalmente. Aquilo que a gente entende hoje, com a chegada de novas informações, vai ser alterado, porque é uma construção até o final dessa CPI, com a apresentação do relatório final do excelentíssimo relator, o vereador Diego. Então, nada é estanque, a gente vai fazer toda a construção ao longo do tempo, e ela vai se tornando mais madura, robusta, concisa. Apenas para registrar que é natural esse encaminhamento do entendimento ao longo do curso das nossas reuniões e das nossas assessorias. Por isso, eu quero parabenizar o trabalho daqueles que estão nos assessorando, parabenizar o trabalho dos vereadores, que não estão sendo açodados e nem pressionados pelos fatores externos para conclusões precipitadas. Todos nós temos serenado aqui para ter responsabilidade com o papel que nos foi confiado. Então, apenas para fazer esse registro. Registrar também a presença do ex-vereador, o pastor Antônio



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

dos Santos, ex-vereador desta Casa, que passou por aqui agora no aquário e fez o registro aí do abraço para todos os colegas. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

Aproveitando a fala do amigo vereador Fábio, do vereador Lúcio, nós temos buscado, e eu conversava há pouco com a Professora Sonia Meire, dar publicidade a todos os atos e não tomar e nem colocar conclusões precipitadas sem a análise necessária da legislação vigente, tudo o que permeia os gastos com os recursos das multas. A cada avançar de documentação, a gente tem conhecimento de leis que se somam ao Código de Trânsito Brasileiro. Como foi falado, todo requerimento aqui é em busca de informações para que a conclusão desse relatório seja realizada da melhor maneira possível. A gente não tem feito espetáculo aqui, como alguns gostariam que estivéssemos fazendo. Eu acredito que a gente tem feito isso de uma maneira com muita seriedade e serenidade, entendendo a importância desse instrumento legislativo aqui, parlamentar. O requerimento se encontra em discussão. Não havendo quem queira discutir, o requerimento está em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Tem mais algum requerimento, senhor vereador? São três, não é isso?

PASTOR DIEGO - UNIÃO BRASIL - RELATOR DA CPI DA SMTT

Tem o terceiro requerimento aqui, senhor presidente. “Requeiro, na forma regimental, e ouvida esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com fundamento no artigo 50, parágrafo 13 do Regimento Interno, a requisição à Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito de Aracaju da justificativa do enquadramento das despesas anexas ao que dispõem o artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro e a Resolução nº 875 de 2021 do CONTRAN, considerando que as referidas despesas estão abarcadas pelo relatório comprobatório da aplicação dos recursos das infrações de trânsito relativas ao exercício de 2019, 2020 e 2021, o qual foi apresentado em resposta ao Requerimento nº 02/2025 desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Solicita-se, além da justificativa formal, utilizando para o seu enquadramento, quando aplicável, a cópia do contrato administrativo, do processo licitatório e do processo de liquidação e pagamento das referidas despesas. Palácio Graccho Cardoso, Aracaju, 6 setembro de



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigraficma@gmail.com

2025”, minha autoria. Senhor presidente, mais uma vez, são os anos subsequentes, já foram 17, 18, agora 19, 20 e 21, a gente buscando a informação dos pagamentos que a gente, *a priori*, viu que não estariam enquadrados ou que estão enquadrados parcialmente, sejam justificados, conforme o Código de Trânsito Brasileiro, a Resolução do CONTRAN, e na questão da ADCT agora, que é a gente saber o que é a parte disponível e o que não é a parte disponível, só seguindo os trabalhos sobre os quais nós já conversamos anteriormente.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

Para discutir, o vereador Fábio.

FÁBIO MEIRELES - PDT - MEMBRO DA CPI DA SMTT

Só para manifestar mais uma vez o nosso voto, segundo o nosso entendimento. Acho que esse é o décimo terceiro requerimento proposto na CPI; é isso, Fabrício? Décimo quarto. Ainda bem que é décimo quarto. Quero dizer, presidente, só trazer à memória da população que nos acompanha agora através da TV Câmara, que, mais uma vez, eu digo “sim” ao requerimento proposto dessa vez pelo Pastor Diego. Estamos juntos, Pastor Diego, para que possamos trazer a clareza, a nitidez, como esse copo com água que está posto sobre a sua mesa, para a população aracajuana. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

Professora Sonia Meire.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL - MEMBRO DA CPI DA SMTT

Então, para deixar bem explícito mais uma vez para a população, o vereador Pastor Diego leu os requerimentos, e queria dizer o seguinte. Nós, desde todos os levantamentos que foram feitos, como foi dito aqui, eu quero reforçar, nós temos documentações daquilo que foi pago com os recursos oriundos das multas de trânsito, nos anos de 2019, 2020, 2021, 2024, não é isso? E também 2017 e 2018. Nesses anos, a equipe técnica localizou, de acordo com as resoluções que estavam em vigor em cada



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

um desses anos, porque as resoluções mudam também, e quando as resoluções do Conselho Nacional mudam, elas interferem também na aplicação dos recursos. Então, não dá para fazer um levantamento sem analisar o que cada resolução permite em cada ano que está sendo analisado. Então, a equipe, os técnicos fizeram o levantamento de todas as despesas pagas em cada ano, de acordo com o que a resolução permite. Em alguns casos, eles consideraram inicialmente que muitos casos são adequados, em outros, eles colocaram uma dúvida se realmente está totalmente de acordo; no relatório, ele está como adequação parcial. Para que nós possamos ter mais informações para ter certeza da adequação ou não da aplicação, é necessário ir no documento que gerou uma licitação, a contratação direta para aquele tipo de pagamento, seja por licitação ou não, o contrato, o que gerou o contrato para que houvesse o pagamento daquela despesa. Então, nesse momento, os requerimentos estão sendo feitos para que nós possamos ter acesso a esses documentos contratuais, esses documentos que estão lá, o objeto, está a justificativa porque utilizou esse recurso. Certo? De acordo com a resolução da época, com base em quê? Então, os requerimentos que estão sendo feitos são para que a equipe técnica e nós vereadores e vereadoras possamos ter acesso a esses documentos e comparar. A partir daí, nós vamos ver se a justificativa está adequada à Resolução, à Lei Federal e à resolução do contrato. Então, esse é o principal objetivo desse último requerimento, que, por sua vez, também, como nós aprovamos dois requerimentos anteriores, e já foi explicado, tem um outro dado que é importante, que tem valores percentuais que podem ser utilizados, que não estão necessariamente, que é a vinculação da receita, que pode ser utilizado fora daquilo que o CONTRAN e a Lei Federal colocam, naquele ano da resolução que a gente está tomando por base. Então, vai ser exatamente esse estudo comparado, comparativo, que vai nos dar a condição de analisar a realidade dos fatos em cima daquilo que é possível e permitido por diferentes legislações, porque não é só uma que rege. Então, nós estamos tendo que nos debruçar também para conhecer melhor a legislação nacional, as legislações, como também para poder se debruçar sobre aquilo que a Câmara também tem aprovado aqui, como transferência de recursos para a própria Secretaria da Fazenda em determinados períodos, o que é que isso implica. Então, é um conjunto de documentos, de anos



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

distintos, diferentes, e nós precisamos ter uma dedicação sobre eles. Então, eu queria deixar isso bem explícito aqui, está sendo gravado, as pessoas podem assistir agora ou depois, para entender o raciocínio, entender a lógica, não é, vereador presidente da CPI, vereador Byron? A gente tem conversado muito sobre isso, sobre esse histórico de como nós estamos trabalhando, com transparência, com os registros, porque o relatório final vai exatamente tratar de todo esse processo que nós estamos desenvolvendo. Era isso, e meu voto é favorável. Obrigada.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

O requerimento continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, requerimento em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Aprovados os três requerimentos que vão nos ajudar a dar subsídio às análises das prestações de contas dos anos 17 até 21, sobre os quais nós estamos nos debruçando ainda, e a gente entende que todos esses três documentos, requerimentos, vão subsidiar tanto as assessorias dos vereadores, quanto os técnicos desta Casa, na conclusão dos pagamentos que estão sob análise, aqueles que, como foi aqui denominado, de forma adequada, adequada parcialmente, inadequados. E, lógico, quanto mais a gente avança e se debruça sobre a legislação, surgem situações que fazem com que a gente tenha o maior cuidado. Acho que é isso que a gente tem falado aqui na questão dos apontamentos, com relação a esses conceitos que acabei de citar, de adequação parcial e inadequação. Essa questão da desvinculação das receitas vai ser muito importante para que a gente possa ter essa análise mais precisa de quanto é discricionário do superintendente, do gestor, com relação à aplicação dessas receitas das multas. Porque do quanto o percentual de cada ano for feita essa análise da desvinculação, a gente vai entender o que está dentro ou não, e a liberdade dele com relação a esses pagamentos. No mais, algum questionamento de algum vereador para que a gente possa... Pela ordem, vereador Fábio Meireles.

FÁBIO MEIRELES - PDT - MEMBRO DA CPI DA SMTT

Para nós entendermos, presidente, o quanto é importante essa Comissão Parlamentar de Inquérito. E aí, eu me coloco realmente como um admirador da



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi travando, buscando alguns conhecimentos, sobre essa questão de como pagar, o que não pagar, ou se deve pagar, o que não deve pagar, o que a gestão, que aí é uma coisa à parte que eu fiz, o que a gestão passada estava pagando, o que essa gestão estava pagando, fazendo os comparativos. E aí eu trouxe a informação, Pastor Diego, sobre essa questão do que a gestão atual estava fazendo, da mesma forma, no mesmo modelo, ou até mais, vereador Lúcio Flávio. E aí, está no Diário Oficial, dia 3 de outubro. “SMTT - Superintendência de Transportes e Trânsito. Portaria nº 216/2025, 3 de outubro de 2025. Constitui, no âmbito da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT, comissão de sindicância investigativa.” É. Não, mas, ô Lúcio, Lúcio, Lúcio, mas veja. Lúcio, mas veja, eu estou fazendo...

LÚCIO FLÁVIO – PL – MEMBRO DA CPI DA SMTT

Nós tratamos disso em uma reunião reservada sobre o objeto dessa reunião.

FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT

Mas veja, eu estou fazendo a leitura aqui e aí eu gostaria que Vossa Excelência analisasse...

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

Vereador Fábio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – MEMBRO DA CPI DA SMTT

Nós conversamos reservadamente sobre isso. O vereador Fábio concordou com isso. Professora Sonia concordou com isso.

FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT

Não, eu só estou trazendo frutos.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigraficma@gmail.com

Vamos, vamos, Fábio, vereador Fábio, vereador Lúcio, só para que a gente possa continuar. Vereador Fábio, só um instante, desculpe-me por interromper Vossa Excelência. A gente tem buscado, justamente, diante de todos os acontecimentos que envolvem a apuração dos fatos nossa aqui, que é o objeto 2017-2024, nos atermos exatamente ao que consta no objeto da nossa investigação, apuração. Se o senhor traz um fato da administração pública que não está dentro do nosso escopo, a gente vai abrir margem para qualquer outra situação externa vir a ser inserida na nossa investigação. Eu sei que o senhor encontra conexão com o fato, mas a gente consensuou que qualquer outra ação que não estivesse dentro do escopo da nossa CPI, a gente estaria se afastando do que foi consensuado. Eu entendo o senhor ver conexão com um ato da administração pública, no qual a administração da superintendência... É um ato direto da superintendência, mas que não tem, nesse momento, vinculação. Por isso que eu peço escusas ao senhor, a gente se limite, nesse momento, ao que realmente está dentro do escopo da nossa CPI.

FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT

Eu não falarei mais do assunto. Está certo, eu peço desculpas ao senhor, peço desculpas a Lúcio. Agora assim, por exemplo, quando houver uma intervenção, aí eu peço pela parte técnica, que haja, claro, o vereador, o Diego, eu, a Professora Sonia, Lúcio, nós podemos questionar, falar um do outro, mas quem não saia no microfone, para que o senhor, enquanto presidente, possa determinar, direcionar, dizer “olha, Fábio”, como Vossa Excelência fez agora, mas que não saiu no microfone quando o Lúcio estava falando, porque só cabe um interromper o outro, na sessão ordinária, é uma questão de ordem. Então, assim... Não estava não, filho, saiu no microfone, estava não, estava não, saiu, saiu. Mas não tem problema não. Não vai a acusação. Eu só peço, assim, que, diante dessa manifestação, para que a gente possa continuar organizando. E eu só estava tratando disso, eu não vou tratar mais, só estava tratando disso porque foi decorrência da importância, eu estava manifestando aqui a importância, a envergadura da Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa, que já teve desdobramentos aqui futuros. Então, foi por isso, presidente.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

Vereador Fábio, só um instante. Vamos só... Eu gosto muito de ser muito, às vezes, o óbvio a gente entende que não precisa ser dito em algumas situações. Mas deixe-me só ser muito justo, eu acredito que a minha fala vai ser muito justa com relação a isso. Conversávamos em um momento à parte da nossa CPI sobre questionamentos que o senhor tinha com relação a apontamentos, como a Professora Sonia falou, com relação a despesas de 2025. E eu lembro que eu conversava com o senhor e disse: “O senhor tem total manifestação do seu mandato, em qualquer outro momento, que não fosse da CPI, já que a nossa CPI não está com o escopo da análise das despesas de 2025”. E eu remeto, novamente, à fala que eu disse à Vossa Excelência. O senhor pode, justamente, apresentar esse ato administrativo da CPI, da SMTT, na manhã, na sessão plenária, onde o senhor manifesta o seu mandato, que o senhor tem em total e pleno exercício. O que a gente tem buscado fazer é um acordo de camaradagem, para que a gente continue tendo uma boa harmonia, um bom relacionamento, dentro das ações que a gente desenvolve aqui, e eu entendo o seu pensamento de conexão. Eu entendo o seu pensamento de conexão, mas não concordo. Não concordo com a conexão. Eu entendo que o senhor imagina a conexão dos atos, mas eu não entendo que está dentro do que a gente aqui deliberou. É só essa consideração, vereador, com total respeito a Vossa Excelência e a todos os outros vereadores aqui. Eu tinha que me manifestar com relação a isso para que a gente continue de uma maneira harmoniosa, de uma maneira que a gente possa conduzir isso sem que haja qualquer desgaste entre as relações que a gente estabelece nesse momento aqui de CPI, porque é outro momento. Pode falar, vereador.

FÁBIO MEIRELES – PDT – MEMBRO DA CPI DA SMTT

Presidente, eu quero reiterar meu pedido de desculpas e tratarei dessa iniciativa da SMTT de abertura de sindicância interna da gestão de Emília amanhã. Obrigado. Não trato mais sobre isso.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigraficma@gmail.com

Alguém mais tem alguma consideração? O vereador Lúcio quer fazer alguma ponderação? Eu volto a frisar... Vereador Lúcio, eu tenho colocado aqui, e em todo momento eu vou deixar isso bem claro para quem nos assiste aqui. Cada vereador tem o livre exercício do seu mandato. Mas eu acredito que a gente tenha que, aqui, realmente, deixar bem claro quais as diretrizes que a gente estabeleceu na condução dos trabalhos aqui na Câmara. Eu me manifesto para que, de alguma maneira, nós não sejamos descorteses, deselegantes, em ponderar ou fazer corte nas falas de quem estiver se manifestando. Por isso que eu estou deixando bem tranquilo o que a gente está aqui realizando. Então, assim, eu não quero fazer isso, mas, se for necessário, a gente vai ter que, de alguma maneira, se manifestar com relação a isso. Mas só para que a gente continue, vou frisar, conduzindo os trabalhos de uma maneira muito harmoniosa, respeitosa, porque é fato... Senão daqui a pouquinho a gente vai ter manifestações contrárias de todos os lados com relação ao que é pertinente, ao que não é pertinente a essa CPI. E, por entender da livre manifestação e deixando claro para quem nos assiste o que nós temos como objetivo da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, é apenas isso. Vereador Diego, quer se manifestar? Pela ordem, o vereador Diego, para que a gente encerre.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – RELATOR DA CPI DA SMTT

Senhor presidente, só para poder Vossa Excelência avaliar, conforme a Resolução que a gente aprovou aqui em relação à Comissão Parlamentar de Inquérito, é natural que daqui para a frente os ânimos fiquem cada vez mais acirrados. Nós estamos trabalhando bastante na Comissão. O trabalho está muito intenso, na verdade. A gente tem dado, de fato, a Comissão tem dado o seu melhor. Está de parabéns cada vereador com a análise, com o trabalho, com as discussões. Mas, apenas para organizar daqui em diante, Vossa Excelência analisar a possibilidade de tempo na fala, a possibilidade de discussão de um assunto, quantas vezes pode discutir, para que a gente possa ficar com uma reunião dinâmica e organizada, porque daqui a pouco a gente chega à fase polêmica, onde um quer falar dez vezes sobre o mesmo assunto, o outro quer falar dez vezes sobre o mesmo assunto, e a gente pode gerar aqui uma discussão sem término.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

Então, Vossa Excelência avaliar essa possibilidade daqui em diante, a gente colocar, fixar tempo para se discutir. Vai fazer um pela ordem, se for de acordo com aquele tema, só pode ser feito pela ordem, conforme a sessão ordinária comum. Então, Vossa Excelência fazer essa organização.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

Vereador Diego, a gente tem buscado adotar a mesma metodologia que nós entendemos das sessões ordinárias que nós temos aqui. E como aqui a gente tem buscado aprovar os requerimentos, que são os instrumentos de informação e a gente não se debruçou, na verdade, não se deparou com a situação em que alguém teria entendimento de falar mais sobre algo ou menos que outro, a sua colocação é muito, muito importante. Então, já que o senhor entende que é necessário isso, a gente vai deliberar por isso, para que a gente possa trazer essa imparcialidade diante de questões objetivas. Vereador Lúcio, para finalizar.

LÚCIO FLÁVIO – PL – MEMBRO DA CPI DA SMTT

Obrigado, senhor presidente. Apenas fazer um registro aqui. Eu gostaria primeiro de reiterar os parabéns aos servidores que nos acompanham nesta CPI, eles que têm se debruçado para que, de maneira imparcial e técnica, encontrem as informações necessárias para o aprofundamento das nossas deliberações. Mas, por uma questão de segurança e até proteção contra influências externas, senhor presidente, eu gostaria de preservar o nome desses servidores aqui nas sessões plenárias. Eu acho que, para evitar que eles fossem abordados por agentes externos e terceiros, e identificados a partir das nossas sessões, que a gente tomasse um cuidado, e apenas um zelo mesmo de preservar os nomes de quem nos acompanha nessa CPI e quem está apurando as informações, para que a gente pudesse que eles alimentassem os parlamentares, e os parlamentares tratassem disso com a sociedade, com a imprensa. Então, é só um registro, parabenizando o trabalho deles, e que a gente tomasse só uma cautela e um cuidado para não expor o nome dos profissionais envolvidos nas informações da CPI. Muito obrigado.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

Só um instante, Lúcio, deixe-me ver se entendi a colocação da Vossa Excelência. Com relação a publicizar quem são os técnicos que acompanham as análises das CPIs, é isso. Mencionar em sessão plenária, ou se remeter, é isso?

LÚCIO FLÁVIO – PL – MEMBRO DA CPI DA SMTT

Não, apenas aqui na sessão transmitida publicamente.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

Já houve essa manifestação?

LÚCIO FLÁVIO – PL – MEMBRO DA CPI DA SMTT

Já, mas sem nenhum tipo de objetivo. Não é questionando objetivo, mas, naturalmente, como a gente está se relacionando com eles, pode ser que a gente os cite nominalmente, e me preocupa só eles serem abordados.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

A proteção... Certo. Perfeito. A gente vai analisar e a gente delibera isso na próxima reunião nossa. Vereadora Sonia Meire.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA CPI DA SMTT

Eu quero primeiro dizer que todo o trabalho que está sendo feito, nós ainda estamos na análise documental. E a análise documental tem sido feita com a colaboração inestimável dos técnicos, com o acompanhamento das nossas assessorias. E nós temos um método, temos que ter método de trabalho e nós definimos o método de trabalho. Quando eu entrei na comissão como titular, já havia o início do trabalho, feitos alguns requerimentos, e nós fomos discutindo durante esse processo, até hoje estávamos discutindo a melhor forma de fazer os encaminhamentos para a análise documental. Então, se a gente tem um método, a gente tem que segui-lo. E é isso que nós estamos tentando fazer aqui. Porque o que não está dentro do método... Isso aqui é uma investigação sim. E tem um método, e o método é o que compõe, é fundamental para dar credibilidade a algo que é científico. Não é dedução da cabeça de ninguém. O que



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

nós estamos fazendo aqui é um trabalho que tem uma ciência por trás disso. Afinal de contas, os trabalhadores que estão, e as trabalhadoras dedicadas aqui, dando essa assessoria, prestando sua assessoria, dedicando o seu tempo de trabalho para fazer a leitura dos documentos, eles seguem também um método. A análise vai ser em cima das informações que nós estamos compilando. Até esse momento, não há como inferir para dizer o que está certo nem o que está errado. Nós ainda estamos na fase do levantamento de dados e de solicitação de explicações sobre o dado. E eu acho que é isso que a gente tem que seguir. Inferências a gente pode fazer, mas só pode concluir as inferências quando a gente tiver todas as informações e chegar à análise delas, que é o último passo para fazer a síntese do relatório. Então, se nós seguirmos o método, seguirmos tudo o que está sendo feito até então, e os registros, que também são públicos, não só das reuniões, mas depois os relatórios serão públicos, porque nós primamos pela transparência, nós não vamos ter problema, porque não é por questão ideológica, nem de perseguição, nem de nada que vai ser avaliado. Eu estava dizendo hoje. Eu fui oposição à gestão anterior, sou oposição a essa gestão, mas não é isso que vai me conduzir. O que vai conduzir o nosso trabalho e análise é o método, as informações coletadas e a veracidade das informações coletadas. Queria colocar isso para complementar aqui, explicitar a minha posição e reconhecer também a importância da condução do vereador Sargento Byron na presidência. Obrigada.

PRESIDENTE SARGENTO BYRON – MDB

Após a manifestação da Professora Sonia Meire, declaro encerrada essa reunião e convoco para a próxima segunda-feira, no horário regimental.

[SESSÃO ENCERRADA]

Texto revisado por Weslin de Jesus Santos Castro.